



Dependência revisitada: o pensamento de Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado em perspectiva comparada

Gabriel Rolemberg¹

Resumo

A discussão sobre desenvolvimento na América Latina teve como um de seus principais referenciais teóricos, a partir de meados do século XX, os enfoques da “dependência”. O objetivo deste trabalho é resgatar criticamente três das principais abordagens produzidas utilizando esse conceito – as de Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado. O resgate é feito em dois momentos: primeiramente, por meio de uma análise em separado de obras de referência destes autores, descrevendo formulações que essas leituras providenciam no entendimento do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Logo em seguida, parte-se para uma abordagem comparativa de seus aspectos teóricos e metodológicos. Argumenta-se pelo maior potencial da interpretação de Ruy Mauro Marini em desvelar os aspectos essenciais da dependência, sem prejuízo de outras contribuições relevantes, sobretudo em Furtado. Em vista da dificuldade contemporânea em abordar a discussão do subdesenvolvimento por meio de leituras mais afinadas com as particularidades latino-americanas, o presente trabalho pode contribuir para o enriquecimento das discussões do desenvolvimento na atualidade e trazer novamente à tona antigos problemas intelectuais esquecidos ou abandonados sem a devida consideração mais aprofundada que merecem desde a época em que foram formulados.

Palavras-chave: dependência, subdesenvolvimento, desenvolvimento, economia política, América Latina.

Dependencia revisitada: el pensamiento de Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso y Celso Furtado en una perspectiva comparada

Resumen

La discusión sobre el desarrollo en América Latina tuvo como uno de sus principales referentes teóricos, desde mediados del siglo XX, los enfoques de la “dependencia”. El objetivo de este artículo es rescatar tres de los principales enfoques producidos a partir de este concepto: Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso y Celso Furtado. El rescate se realiza en dos momentos: primero, a través de un análisis por separado de obras de referencia de estos autores, describiendo las innovaciones teóricas que estas lecturas aportan en la comprensión del subdesarrollo de los países latinoamericanos. Poco después, comenzamos con una aproximación comparativa a sus aspectos teóricos y metodológicos. Se argumenta el mayor potencial de la interpretación de Ruy Mauro Marini para revelar los aspectos esenciales de la dependencia, aunque Furtado también aporta aportes relevantes. Dada la dificultad

¹ É cientista político e doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: gabrielrolemberg93@gmail.com

contemporânea de abordar la discusión del subdesarrollo a través de lecturas más acordes con las particularidades latinoamericanas, el presente trabajo puede contribuir al enriquecimiento de las discusiones sobre desarrollo en la actualidad y traer de vuelta viejos problemas intelectuales olvidados o abandonados sin la debida consideración que merecen desde entonces. el momento en que fueron formulados.

Palabras-clave: dependencia, subdesarrollo, desarrollo, economía política, América Latina.

Revisited dependency: the thinking of Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso and Celso Furtado in a comparative perspective

Abstract

The discussion about development in Latin America had as one of its main theoretical references, from the middle of the twentieth century, the “dependence” approaches. The aim of this paper is to rescue three of the main approaches produced using this concept - Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso and Celso Furtado. The rescue is made in two moments: first, through a separate analysis of reference works of these authors, describing the theoretical innovations that these readings provide in understanding the underdevelopment of Latin American countries. Shortly thereafter, we start with a comparative approach to its theoretical and methodological aspects. It is argued for the greater potential of Ruy Mauro Marini's interpretation to reveal the essential aspects of dependence, although Furtado also brings relevant contributions. Given the contemporary difficulty in approaching the discussion of underdevelopment through readings that are more in tune with Latin American particularities, the present work can contribute to the enrichment of development discussions today and bring back old forgotten or abandoned intellectual problems without proper consideration that they deserve since the time they were formulated.

Key words: dependency, underdevelopment, development, political economy, Latin America.

1- Introdução

O pensamento social e econômico da América Latina teve como uma de suas expressões mais importantes ao longo de sua trajetória o enfoque da dependência. Neste artigo, procura-se resgatar de forma crítica as contribuições de Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado a esse debate entre as décadas de 1960 a 1980. Trata-se de três expressivos autores que interpretaram a situação das formações latino-americanas – o subdesenvolvimento, a inserção subordinada da região no mercado mundial, seu lugar na divisão internacional do trabalho e as formas de exploração e dominação daí decorrentes – sob ângulos diversos, embora compartilhando de algumas interpretações e com o recurso à noção de dependência enquanto elemento importante de suas análises.

Para tanto, inicia-se com uma contextualização histórica do surgimento da perspectiva da dependência. Em seguida, adentramos de forma individualizada o pensamento dos autores,

fazendo uma leitura de elementos metodológicos, conceituais e da dinâmica histórica das interpretações desenvolvidas por eles. Na sessão seguinte, apresentamos uma abordagem comparativa de alguns pontos das análises, ressaltando suas similaridades e diferenças, bem como algumas indicações críticas sobre o maior ou menor sucesso de cada uma das interpretações em apontar os aspectos essenciais da dependência na América Latina. Argumenta-se pela importante contribuição da interpretação de Ruy Mauro Marini para o entendimento do capitalismo latino-americano, bem como alguns aspectos relevantes da visão de Celso Furtado, embora também sejam traçadas algumas críticas. Concluímos com comentários finais em que é feita uma síntese das aproximações e distanciamentos com as interpretações analisadas.

2- O enfoque da dependência como crítica ao desenvolvimentismo e à “revolução por etapas”

O debate da dependência insurge, nos anos 1960, como uma série de tentativas para responder à conjuntura crítica que se abre nessa década às ciências sociais latino-americanas. Há dois processos fundamentais, relacionados entre si, que favorecem a formação do enfoque (SEABRA, 2019; OSORIO, 2004). O primeiro se refere aos os impactos da Revolução Cubana de 1959. Esse processo revolucionário ocorrido em uma nação latino-americana periférica, vizinha aos Estados Unidos, teve como um de seus efeitos mais imediatos o aprofundamento da crise teórica da tese marxista da “revolução por etapas”. Introduzida pela Internacional Comunista desde a década de 1920 e adotada como linha política de vários partidos comunistas latino-americanos, essa tese identificava como passo necessário ao movimento dos trabalhadores vencer a etapa da revolução designada como “democrática, antifeudal e anti-imperialista”. Segundo essa concepção, a superação de relações pré-capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas nos marcos do capitalismo periférico atravancado pelo imperialismo se faziam necessários previamente à etapa socialista da revolução (MAZZEO, 2015). A eclosão da Revolução Cubana, que afirmaria seu caráter socialista, desafiava o esquema etapista que propugnava uma aliança da classe trabalhadora latino-americana com as burguesias nacionais, abrindo um horizonte político e teórico para a crítica ao desenvolvimento capitalista periférico e para a defesa da revolução socialista como momento imediato, da ordem do dia, pelas organizações e intelectuais marxistas da região.

O segundo processo é a crise da fase da industrialização por substituição de importações que se inicia nos anos 1960, correspondente ao desenvolvimento de um setor

interno de bens de capital e à ampliação do mercado interno para além dos limites impostos pela concentração fundiária e pela dependência tecnológica nas economias latino-americanas (SEABRA, 2019). A superação dessa crise exigia, no plano político e econômico, o enfrentamento radical do sistema latifundiário, do assédio do capital estrangeiro via investimentos diretos ou associados e da distribuição regressiva de renda, o que não se mostrou viável para a composição de forças políticas representadas nos governos da conjuntura. No pano teórico, esse processo corresponderia à crise da teoria desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), abrindo passagem para dissidências em seu interior e para a radicalização da noção de dependência (idem).

A nova conjuntura traria consigo, portanto, o desafio de reinterpretar o que havia sido até então a experiência da industrialização latino-americana e apontar suas principais tendências e contradições. Como implicações teóricas mais amplas, levantava-se a questão do próprio fenômeno do subdesenvolvimento na América Latina e suas raízes, a dinâmica engendrada pela subordinação da região no mercado mundial, a relação entre a inserção externa e a dinâmica interna das relações de exploração e dominação entre as classes sociais dos países latino-americanos e do caráter político que deveria assumir um processo de transformação social na região. Do “vácuo” teórico proveniente da crise do desenvolvimentismo e da tese marxista etapista surgiria, portanto, um heterogêneo campo de interpretações que aqui buscamos apresentar parcialmente com a análise de algumas de suas mais importantes contribuições.

2- Ruy Mauro Marini e as leis tendenciais do capitalismo dependente

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) compreende um conjunto de leituras que propõe, a partir do método do materialismo histórico e dialético, em articulação com a teoria marxiana do valor e a teoria do imperialismo, a existência de tendências e de uma dinâmica particular de funcionamento do capitalismo latino-americano, desdobrada da inserção subordinada da região na economia mundial e da articulação entre condições externas e determinantes internos das formações econômico-sociais latino-americanas. Além disso, e como resultado direto de sua reflexão sobre a América Latina, a TMD oferece uma explicação sobre a dinâmica histórica do desenvolvimento capitalista mundial, articulando o sucesso industrializante das economias centrais com o subdesenvolvimento das formações periféricas como duas faces de um mesmo processo, e aponta a associação entre as burguesias centrais e

periféricas como resultado da integração dos processos produtivos em escala mundial. Tem como implicação política de sua reflexão a defesa da revolução socialista como único caminho possível de superação do subdesenvolvimento.

Essa perspectiva teórica teve em Ruy Mauro Marini, acompanhado de Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, seus expoentes pioneiros². Desenvolveu-se em contato com a *práxis* desses e outros intelectuais no âmbito da esquerda revolucionária, nos anos 1960 e 1970, inicialmente no Brasil e, posteriormente, no Chile e no México, na esteira dos golpes militares que atingiram o Cone Sul e os levaram ao exílio (SEABRA, 2019). A escalada autoritária na região, por um lado, criou involuntariamente condições favoráveis ao desenvolvimento da TMD, ao deixar patente o esgotamento do desenvolvimentismo. Por outro, não obstante, seria um primeiro determinante para o apagamento que essa teoria sofreria no Brasil, acompanhado da sua marginalização do debate acadêmico e tentativa de deturpação, em que Fernando Henrique Cardoso buscava afirmar sua versão da dependência em meio à ausência de circulação de *Dialética da Dependência* de Marini no país enquanto sua crítica à principal obra do revolucionário ganhava terreno, gerando confusões e incompreensões teóricas que só mais recentemente, com a retomada de trabalhos inspirados na TMD, seriam enfrentadas em maior relevo (STEDILE e TRANSPADINI, 2011).

Aqui, apresentamos o método de Marini, sua interpretação da dinâmica do capitalismo dependente, a tese da superexploração da força de trabalho e do subimperialismo, que estão entre suas principais contribuições para o enfoque da dependência e sua proposição socialista como via de superação da dependência, e, conseqüentemente, do subdesenvolvimento.

2.1 - Marini e o marxismo “não-dogmático”

Como vimos, o enfoque da dependência rompe com o esquema da revolução por etapas dos partidos comunistas latino-americanos. Precisamente, isso se dá por Marini e pela TMD em geral, inscrita no campo do marxismo e preocupada com a elaboração de uma perspectiva de revolução. Na dimensão teórico-metodológica, Marini estabelece esse rompimento contra o que chama de “mecanicismo” do marxismo “dogmático”, criticado por

² Marini seria responsável por elaborar as principais categorias que estabelecem uma legalidade própria ao capitalismo dependente, conforme veremos. Santos, entre outras contribuições, daria rigor teórico à categoria da dependência, expondo-a enquanto resultado da dialética entre as condições externas e os determinantes internos das formações econômico-sociais e situando-a no quadro global da teoria do imperialismo, contribuindo para sua melhoria e reformulação (SANTOS, 1991; SEABRA, 2019). Bambirra teria como um de seus principais aportes o estudo dos elementos diferenciadores das formações econômico-sociais dependentes, que orientariam uma diversidade de trajetórias mais ou menos bem-sucedidas no avanço da industrialização (BAMBIRRA, 2019);

transplantar acriticamente conceitos, categorias³ e noções marxistas para a análise social da América Latina de forma a “mistificar” ou “substituir” os fenômenos reais a que se aplicam (MARINI, 2011, p. 133). A nova postura se sustenta no exercício de mediação dialética entre as tendências investigadas por Marx e pelos clássicos do marxismo, compreendidas em um elevado nível de abstração ou sob o ângulo do movimento operário dos países de capitalismo central, com determinantes singulares da realidade latino-americana, a partir da qual se produzem sínteses modificadas, estruturadas como leis tendenciais ou conceitos particulares das formações econômico-sociais latino-americanas. Tal particularidade decorre da forma agudizada como as tendências do capitalismo se manifestam nas economias dependentes, pois, devido a aspectos de sua formação histórica, não são contra-arrestadas por contratendências na mesma intensidade que ocorre no caso das economias centrais (LUCE, 2018).

Por outro lado, Marini defende que o enfrentamento ao “dogmatismo” oriundo da aplicação não mediada de categorias não pode desembocar em um “ecletismo” pouco rigoroso conceitual e metodologicamente. Esses são os dois principais “desvios” que o autor critica em algumas análises de inspiração marxista: a negação da realidade com uma aplicação mecânica e descuidada dos conceitos marxistas originais e a negação do próprio marxismo com o subterfúgio em outros enfoques teóricos e metodológicos que terminam por não garantir um instrumental sólido e preciso para a análise da realidade. São esses equívocos teóricos e conceituais que, ao não conseguirem adequar o instrumental marxista às particularidades latino-americanas, levam a noções como as de pré-capitalismo na região. Segundo Marini,

ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção[pré-capitalismo] se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2011, p. 132)

³ No presente trabalho, menciona-se tanto alguns “conceitos” quanto “categorias”. Seguindo Bernardes, fundamentamos essa distinção no grau de essencialidade/concretude em questão. As categorias são “formas fundamentais do pensamento para o conhecimento de certa realidade” (BERNARDES, 2011, p. 166). Ela é “certa definição para os modos de ser, que é antes de tudo destacar aquilo que é fundamental para o ser-no-mundo”. Por outro lado, “o conceito determina certo objeto ou fenômeno por algumas de suas características gerais” (idem, ibidem, p. 167). Como estamos tratando, em Marini, de leis tendenciais “gerais” do capitalismo dependente, utilizamos o termo categoria para expressar esse aspecto elementar (com exceção do subimperialismo, que, ao se tratar de um fenômeno historicamente mais determinado, é considerado um conceito);

Marini advoga como solução conceitual e metodológica um marxismo “não dogmático”, mas rigoroso no trato conceitual e na mediação das categorias marxistas de maneira a não as deformar na sua apreensão em contextos particulares. Pode-se dizer que uma categoria e um conceito centrais da contribuição de Marini para os estudos da dependência – *superexploração* e de *subimperialismo*, respectivamente – exemplificam seu método. O que se observa em ambos é que Marini, a partir da mediação de categorias centrais do marxismo – como a de mais-valor, no caso da superexploração, e a de imperialismo, no caso do subimperialismo – com determinações particulares das economias dependentes – tal qual a superpopulação relativa exacerbada, a concentração fundiária e as restrições de mercado interno – chega a formulações originais e particulares ao processo histórico latino-americano e brasileiro (para o caso do subimperialismo).

Embora Marini, em *Dialética da dependência*, centre a exposição do seu método na crítica ao “mecanicismo”, alguns autores criticam-no exatamente por problema similar. Hadler (2013) entende como limite à interpretação da dependência do autor uma aplicação a-histórica e rígida do instrumental marxiano. Marini cometeria o equívoco de substituir a história como ponto de partida de sua análise por um método lógico abstrato decorrente das leis de funcionamento do capital de forma agudizada nas economias dependentes. Essa limitação se faria presente em quatro aspectos principais: a) na ausência de uma interpretação da colonização para a conformação da dependência, tanto para a configuração que assumem as relações de produção e propriedade, a estrutura de classes e o estatuto da força de trabalho na transição para o capitalismo, quanto para a contradição entre o *sentido* da colonização e a formação da Nação que determinaria todo o subdesenvolvimento capitalista posterior; b) na superestimação da industrialização dependente como um processo que teria sido capaz de internalizar plenamente o ciclo capitalista, ignorando por esse meio a formação histórica da América Latina e substituindo-a por um exame lógico e abstrato dos desdobramentos do funcionamento da lei do valor, especialmente do ciclo do capital industrial; c) como corolário desses equívocos, a formulação do conceito de subimperialismo como uma etapa superior de desenvolvimento capitalista no Brasil, construído a partir de uma interpretação formal do imperialismo, e d) a perspectiva da necessidade de uma revolução socialista tomando como base “o antagonismo geral e abstrato entre capital e trabalho, radicalizado pela relação de superexploração e por suas implicações políticas” (HADLER, 2013, p. 159), ignorando dessa forma “as mediações históricas e nacionais em que aquelas contradições se objetivam, assim como a construção dos sujeitos que de fato fazem – ou potencialmente podem fazer – a história”(idem, ibidem, p. 160).

Embora não haja espaço para o aprofundamento deste debate no presente texto, vale salientar que do ponto de vista aqui sustentado, a dialética entre teoria e história é observada por Marini em sua interpretação. Marini identifica a conformação das relações de dependência com o momento de formação do mercado mundial capitalista, em meados do século XIX, quando da configuração plena das tendências contraditórias que marcam as relações capitalistas— diferentes, de fato, daquelas operantes no período colonial - e a diferenciação das formações econômico-sociais no âmbito dessa totalidade. Contudo, o autor recorre à história para investigar concretamente as estruturas internas que abrem passagem para essa diferenciação. É assim que Marini indica as diferenças de infraestrutura econômica herdada na fase colonial dos países latino-americanas no momento inicial de sua inserção no mercado mundial (MARINI, 2017, p. 49) e analisa as particularidades que se estabelecem em países com atividades exportadoras sob controle nacional ou estrangeiro para o desenvolvimento de um mercado interno e da disputa pelo controle dos Estados nacionais (idem, *ibidem*, p. 51). Se avançarmos ao estudo do ciclo do capital na industrialização dependente, veremos que o autor não a infere como mero processo lógico e abstrato decorrente da teoria do valor, mas apreende seu funcionamento a partir de aspectos históricos concretos como a estrutura agrária altamente concentrada e o recurso à tecnologia estrangeira poupadora de força de trabalho para o avanço da industrialização, que contribuiriam para o aumento dos excedentes no mercado de trabalho e o rebaixamento nos salários e a para a alta dos preços dos alimentos (MARINI, 2012, p. 31; MARINI, 2017, p. 84 a 87). Assim mesmo, o subimperialismo brasileiro é observado partindo-se de uma manifestação concreta que foi a política externa de “interdependência continental” e da formação de um complexo industrial-militar associado ao capital estadunidense no regime ditatorial pós-1964 (idem, *ibidem*, p. 118 a 127), para então alcançar suas determinações mais essenciais. A necessidade da revolução e de seu caráter socialista, por fim, é relacionada não apenas como determinação resultante da lógica objetiva do desenvolvimento capitalista dependente, mas como desdobramento da opção tomada pela grande burguesia brasileira e latino-americana de se associar economicamente e se alinhar politicamente ao imperialismo (idem, *ibidem*, p. 62, 131 e 132).

Esses são alguns exemplos mais ilustrativos do esforço que Marini realizou em fazer mediações importantes na sua apreensão de leis tendenciais decorrentes da particularização das tendências gerais do capitalismo nas formações econômico-sociais dependentes. A própria diferenciação de determinantes gerais – como a exploração da força de trabalho via extração do mais-valor– em leis particulares – como a superexploração da força de trabalho, que implica a violação do fundo de consumo ou do fundo de vida dos trabalhadores – só pode ser

concebida levando-se em conta a formação histórica das sociedades da América Latina, de forma que a dependência e suas leis tendenciais apresentam-se no autor como desdobramento da relação dialética entre elementos mais abstratos e mais concretos da realidade.

2.2- Divisão internacional do trabalho e dependência

A *dependência* é entendida, em Marini, como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 134 e 135). O estabelecimento dessa relação confunde-se historicamente com a consolidação da divisão internacional do trabalho, no momento do surgimento da grande indústria e da articulação dos países da América Latina à metrópole inglesa, para a qual, em função de seus requerimentos, passam a produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas.

Mas de que maneira a divisão internacional do trabalho consolidada no Século XIX dá origem à dependência? Marini aprofunda, nesse ponto, o papel desempenhado e os desdobramentos da inserção da América Latina no mercado mundial. Em primeiro lugar, aponta para o papel que a especialização da região na exportação de alimentos e matérias-primas cumpre, como contrapartida, para a especialização da produtiva da indústria na Europa. O crescimento desta última, com o incremento da classe operária e da população urbana em geral, supôs uma grande disponibilidade de produtos primários. Caso tivessem de contar com a produção interna de bens agrícolas, esse processo se veria fortemente obstaculizado. Dessa maneira, a grande quantidade de meios de subsistência ofertados pela América Latina cumpriu um papel essencial na especialização que a grande indústria demandava. Por outro lado, como se verá na próxima sessão, o comércio internacional entre países industriais e primário-exportadores a certa altura se conforma de maneira desigual e desvantajosa para a América Latina. Essa é a trajetória histórica de conformação de uma nova estrutura em que, ao contrário do que acontece nas economias centrais, nas quais o eixo de acumulação passa a depender cada vez mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho - em que a geração de mais-valor relativo aparece como momento predominante - a acumulação cresce fundamentalmente com o aumento da exploração dos trabalhadores, sob diferentes formas. Essa é a contradição fundamental, a essência da dependência latino-americana

Trata-se de uma estrutura configurada na quadra histórica da formação da economia

capitalista mundial, em meio à qual a América Latina se especializaria em determinadas pautas de produção, que se reproduziria ao longo das reconfigurações do capitalismo mundial e da divisão internacional do trabalho, muito embora com importantes transformações. Nesse sentido, Marini pontua que a constituição de um setor industrial na América Latina em meados do século XX, dentro de uma conjuntura de uma nova divisão internacional do trabalho, leva finalmente à manifestação plena das “leis de desenvolvimento” do capitalismo latino-americano, na medida em que, com o estabelecimento de um mercado interno comprador dos produtos industriais, “os fenômenos de circulação que se apresentam na economia dependente deixam de corresponder primariamente a problemas de realização da nação industrial para se tornarem cada vez mais problemas de realização referidos ao próprio ciclo do capital” (MARINI, 2011, p. 176). Assim é que a dependência acompanharia o esforço de industrialização de parte importante da região, condicionando sua orientação. Nessa dinâmica, suas tendências particulares se retroalimentam, em uma relação que resulta na manutenção do subdesenvolvimento e na exclusão das maiorias sociais dos frutos do avanço das forças produtivas.

2.3 - Dinâmica da dependência e leis tendenciais: transferências de valor, superexploração da força de trabalho, e separação entre esferas de circulação

Marini defende que a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente deve ser analisada partindo da circulação de mercadorias vinculada ao mercado mundial, prosseguindo para a de sua produção e seus impactos sobre a organização interna do trabalho e recolocando, sob outros termos, o problema da circulação. Isso se dá, sobretudo, pelo próprio processo histórico de inserção dos países e regiões dependentes no capitalismo: ela ocorre por meio de seu papel inicial de satisfazer o mercado mundial. É a partir dele que se engendram, então, os processos produtivos no interior da economia dependente, os quais orientam por sua vez uma nova forma de circulação. Partindo dessa relação dialética, em que o externo se internaliza para logo se exteriorizar, ou seja, “desdobrar-se em novas tendências objetivas” (LUCE, 2018, p. 88 e 89), o autor apresenta sua análise sobre o comércio desigual internacional, partindo dele para interpretar as causas e desdobramentos do fenômeno de superexploração do trabalho na América Latina, para então analisar como esses elementos consolidados no período primário-exportador contribuem para condicionar a forma como a esfera da circulação se constitui com a internalização da produção industrial.

Em seu ensaio “Sobre a dialética da dependência” (2011), produzido em resposta a

críticas ao clássico “Dialética da dependência” (2011), Marini interpreta a ascensão dos termos de troca da América Latina até a década de 1870 e sua posterior e progressiva queda tendo como base a formação da taxa de lucro média e dos preços de produção no mercado mundial. Segundo ele, até esta década, a menor composição orgânica do capital nos países latino-americanos, em um momento em que ainda não se impunham plenamente os mecanismos de acumulação de capital no mercado mundial, permitia uma participação maior destes no valor global do comércio internacional, enquanto forçava os países industriais, de maior composição orgânica, a investirem no aumento de sua capacidade produtiva como forma de rebaixar o valor individual de suas mercadorias em relação ao valor médio delas, e assim usufruírem de uma parte maior do valor realizado (de forma semelhante ao que acontece, em “O Capital” de Marx, com os investimentos em capacidade produtiva pelos capitalistas individuais). Por outro lado, a elevação da demanda por matérias-primas e alimentos pelos países industriais não levou a um aumento de produtividade nas economias exportadoras da América Latina, mas a um aumento da exploração intensiva e extensiva da força de trabalho. Essa tendência se manteve até a década de 1870, quando as exportações de capital para as economias dependentes levam ao aumento da composição orgânica do capital nestes países e à formação de uma taxa de lucro média e do preço de produção das mercadorias, que passa a deter primazia sobre o valor na definição dos preços internacionais. Nesse novo momento, estabelece-se plenamente o mecanismo de apropriação do valor produzido nas economias dependentes pelas economias centrais, a partir da diferença entre o preço de produção e seus valores individuais, decorrente dos seus diferenciais de produtividade, e do virtual monopólio na produção de alguns valores de uso pelas últimas, que torna possível também a apropriação via aumento relativo dos preços de mercado⁴. Ocorre, dessa maneira, uma “transferência gratuita” de valor dos países menos produtivos aos mais produtivos. Agrega-se a esta tendência a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, comercialização e produção dos países dependentes, o que leva a consolidação de transferências de valor sob diversas formas para os países centrais.

Marini aponta como as transferências e a oferta de produtos primários cada vez mais baratos no mercado mundial pela América Latina, decorrente tanto do rebaixamento de seu valor individual com o aumento da composição orgânica quanto da venda *abaixo* do valor individual, no patamar estabelecido pelo preço de produção, permitem aos capitalistas das economias centrais contornar a tendência à queda da taxa de lucro inerente à acumulação

⁴ Para um aprofundamento do estudo dos mecanismos de apropriação do valor, ver CARCANHOLO e AMARAL, 2012;

capitalista, por meio do barateamento de seus custos com capital variável e capital constante. Se assim o é nas economias “avançadas”, nas dependentes a contraposição a essa mesma tendência assume outra forma: os determinantes internos das formações econômico-sociais da América Latina oferecem condições para que os capitalistas buscam remediar suas perdas das transferências de valor com a intensificação da exploração da força de trabalho. Esse é o elemento central da relação de dependência. É a partir dele que Marini desenvolve a categoria da *superexploração da força de trabalho*, talvez a mais importante de toda a sua análise. Esta é a forma como as economias dependentes reagem à sua inserção desfavorável no mercado internacional. Ela consiste, essencialmente, na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, e portanto do mínimo necessário para sua reprodução, e pode se dar pela prolongação extensiva e intensiva do trabalho e pela redução do consumo individual dos trabalhadores(salários). Com ela, a economia dependente engendra seu ciclo do capital específico (MARINI, 2012), que consiste em dois elementos básicos: (1) Na esfera da circulação, a realização do capital não depende(como ocorre nas economias industriais) de um aumento do consumo dos trabalhadores, pois está orientada não para o mercado interno, mas para a demanda do mercado internacional; (2) Na esfera da produção, a ausência da necessidade do capital se realizar internamente permite que a superexploração se sustente: os capitalistas podem remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, violando o fundo de consumo e o fundo de vida dos trabalhadores (LUCE, 2018; OSORIO, 2012) , sem que isso prejudique a realização.

A “acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (Marini, 2011, p. 164) orienta a conformação de um ciclo do capital particular na América Latina. Com ela, ainda no período exportador, cria-se uma demanda das classes não-produtoras satisfeita por meio de importações. Com a industrialização, esta demanda se desloca para a produção interna. O que seria de se esperar, se se tivesse como base a experiência histórica da industrialização nas economias centrais, é que a concorrência e a necessidade de realização das mercadorias levaria os capitalistas a buscarem seu barateamento por meio da produtividade, ampliando a cesta de consumo dos trabalhadores. Nas economias dependentes, no entanto, a acumulação baseada na superexploração engendra uma contradição que obstaculiza esse processo: como forma de promover a realização do capital, incrementa-se a renda das camadas médias, para as quais a produção passa também a se voltar. Entretanto, como as rendas dessas camadas são derivadas do mais-valor não acumulado, seu incremento depende justamente de um aumento do mais-valor, o que é conseguido por meio de uma intensificação ainda maior da superexploração. A dissociação entre produção e circulação da

economia exportadora transforma-se, dessa maneira, na separação entre a esfera alta de circulação- o consumo das classes não produtoras e camadas médias – e a esfera baixa de circulação – o consumo dos trabalhadores – de maneira mais agudizada que no capitalismo central.

Marini procura demonstrar, então, como a aproximação entre essas duas esferas - extremamente lenta e obstaculizada no advento da industrialização nas economias dependentes - fica obstruída com a recorrência ao capital estrangeiro para seguir avançando para etapas mais complexas da industrialização, na quadra que se abre a partir de meados do século XX na América Latina em conjunção com a integração imperialista baseada na exportação de capitais, sobretudo estadunidenses. O autor pontua como nesse processo a transferência de tecnologia é orientada não internamente, mas pela dinâmica de acumulação mundial. As novas técnicas de produção introduzidas agudizam a formação de uma superpopulação relativa, propiciando por esse meio condições favoráveis ao aumento da superexploração da força de trabalho, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese. O avanço tecnológico se volta somente ao consumo das classes médias e da burguesia – o qual cresce por meio do aumento do mais-valor e da intervenção do Estado - e às exportações, e se conjuga, dessa forma, com a superexploração da força de trabalho.

2.4 – Desenvolvimento integrado e subimperialismo

Avançando para além da análise das leis tendenciais do capitalismo dependente em elevado nível de abstração, Marini aprofunda a compreensão da dependência na América Latina recorrendo às devidas mediações com os elementos mais concretos das formações econômico-sociais e da conjuntura, envolvendo aspectos políticos e ideológicos desse movimento. Em *Subdesenvolvimento e revolução* (2017), Marini analisa o desenvolvimento capitalista na América Latina e no Brasil em particular e aponta a bifurcação que se abre à burguesia brasileira nos anos 1960, em que o condicionamento imposto pelo setor externo quando se coloca o problema da criação de uma indústria pesada fornece a base material para a renúncia da burguesia brasileira, com o golpe de 1964, a levar a cabo uma política de desenvolvimento nacional autônomo. Nesse momento registra-se a capitulação burguesa dos marcos da política bonapartista de apoio nas massas populares, com a defesa da reforma agrária, que firmou o pacto político do pós-guerra e sua opção pelo desenvolvimento integrado com o imperialismo sob a forma de associação de capitais, para a modernização tecnológica, e em aliança com o latifúndio agroexportador.

Marini observa, como já mencionamos, que essa opção traria sérios problemas para a absorção pelo mercado interno da produção industrial crescente. É nesse nível de análise que o autor introduz o conceito de subimperialismo para analisar o caso do Brasil a partir do golpe militar. Como forma de compensar as dificuldades de realização interna do capital, a burguesia brasileira, em associação com o imperialismo, recorre à expansão para a América Latina, sustentada na integração econômica e militar em que o Brasil busca se converter em centro da “irradiação imperialista” na região, tendo na política externa expansionista da ditadura militar sua expressão mais imediata (MARINI, 2017). O subimperialismo surge como desdobramento da dependência em formações de grau relativamente mais avançado de industrialização, que buscam se posicionar enquanto peça-chave - embora subordinados - do imperialismo, e detém simultaneamente uma dimensão econômica e outra político-militar em sua dinâmica (KATZ, 2020).

2.5 - A reprodução da dependência e a superação do capitalismo

Como acreditamos ter sido possível demonstrar, a interpretação da dependência de Marini supõe, ao longo da história, a sua reprodução contínua sob novas configurações. Consolidada na inserção da América Latina no mercado mundial, ela se reproduz internamente com a industrialização e ainda com o advento do capital estrangeiro como promotor desta última. Nas palavras do autor, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2011, p. 135). A dependência, a superexploração da força de trabalho, as transferências de valor e a cisão no ciclo do capital não constituem “acidentes históricos”, mas são desdobramentos particulares da incidência da lei do valor, que não podem ser solucionadas com a mera ampliação da capacidade produtiva do trabalho. Por outro lado, a integração capitalista mundial e a associação entre as burguesias dependentes e o capital estrangeiro imperialista dita o caráter subordinado que se estabelece nas classes dominantes locais, inviabilizando o enfrentamento propugnado para as supostas “burguesias nacionais” na promoção de um desenvolvimento capitalista nacional.

A leitura de Marini leva à conclusão, dessa forma, de que a superação da dependência se confunde necessariamente com a construção de uma via revolucionária, socialista e anti-imperialista. Ela coloca a necessidade do poder político do Estado sob condução das massas populares como alternativa possível para a execução de uma estratégia que acelere a incorporação do progresso tecnológico, alinhada às necessidades das maiorias sociais, com

aumento da capacidade de emprego e de produção e que oriente à eliminação de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2017). Socialismo e libertação nacional conjugam-se, dessa forma, como horizonte político necessário à América Latina.

3- Fernando Henrique Cardoso e o desenvolvimento dependente

Uma das abordagens da dependência de grande repercussão regional e internacional foi aquela já denominada da “dependência associada” (BRESSER-PEREIRA, 2010) ou do “desenvolvimento associado” (KATZ, 2020). Seu maior representante foi Fernando Henrique Cardoso.

A trajetória intelectual de Cardoso inicia-se como discípulo de Florestan Fernandes, como parte do grupo que viria a ser conhecido como Escola Paulista de Sociologia. O sociólogo integraria então um segmento da intelectualidade brasileira reunido em torno do grupo de estudos de O Capital inspirado por José Arthur Giannotti. Este grupo advogava por uma interpretação do desenvolvimento no Brasil fundamentada em uma leitura não dogmática de Marx, influenciada por outros autores, como Weber. Posteriormente, Cardoso passaria um período no Chile, tomando contato com o pensamento da Cepal e se envolvendo nas polêmicas colocadas pela crise do nacional-desenvolvimentismo (HADLER, 2013). Foi nesse período que Cardoso escreveu, junto a Enzo Falleto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1981), a mais importante obra dessa abordagem da dependência. Nela, esses autores procuram estabelecer o nexo entre as “estruturas” e “processos”, e dessa maneira interpretam as articulações históricas entre oligarquias, “enclaves” estrangeiros, burguesia exportadora, burguesia industrial, trabalhadores e corporações multinacionais. A análise feita por Cardoso e Falleto leva-os à conclusão sobre o “novo caráter da dependência” com a industrialização sob comando do capital estrangeiro – a “internacionalização do mercado interno” - a qual, segundo entendem, tornaria possível o desenvolvimento dependente e sustentado em ganhos de produtividade.

3.1– A abordagem “histórico-estrutural”

Cardoso e Falleto tem como ponto de partida a crítica as críticas às teorias economicistas e exclusivamente sociológicas do desenvolvimento. O ponto que une a crítica a essas duas abordagens é a sua miopia em relação a como se dá a mudança social. Entre as perspectivas “economicistas”, os processos econômicos e mudanças estruturais não são relacionadas à

forma como os atores sociais lidam internamente com as novas conjunturas internas e externas que a eles se impõe. Entre as perspectivas exclusivamente sociológicas, costuma haver simplismo na definição de suas categorias e não se estabelece um nexos claro entre as estruturas sociais e “os modos de transição de um tipo de sociedade para outro” (CARDOSO E FALLETO, 1981, p. 18). Os autores propõem, dessa maneira, uma “análise integrada do desenvolvimento”, que interprete “estrutura” e “processo” conjuntamente e os entenda como mutuamente determinantes:

por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” - econômicas e sociais – subjacentes ao processo de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que “põem em marcha” as sociedades em desenvolvimento. (CARDOSO E FALLETO, 1981, p. 21)

A centralidade da metodologia dos autores está na “intersecção onde o poder econômico se expresse como dominação social” (idem, p. 23). Assim, cumprem um papel fundamental na sua perspectiva histórica os arranjos e lutas entre grupos e classes sociais, assim como as relações entre estes os Estados e os processos produtivos. Em um ensaio posterior, Cardoso defende a elaboração de conceitos a partir da síntese do estudo dos “processos históricos reais”. É dessa maneira que ele justifica a metodologia aplicada em *Dependência e desenvolvimento*, que denomina “histórico-estrutural”: ao longo da obra, ele e Faletto “*especifican las formas historicas de dependencia a partir del modo por el cual clases, estados y produccion se insertan em el orden internacional*” (CARDOSO, 1973, p. 15). A síntese que daí se chega é a própria compreensão da dependência, a qual inclusive pode mudar seu caráter ao longo das transformações estruturais e das lutas e articulações entre grupos sociais a partir delas.

A opção metodológica dos autores justifica-se na válida preocupação de superar o economicismo e determinados automatismos na reflexão sobre a relação entre economia mundial e dinâmica interna das formações dependentes. Não obstante, a proposição de “análise integrada” esbarra em incoerências de compreensão histórica e limitações para captar os elementos mais essenciais dos fenômenos que analisam. Em determinado momento, Cardoso e Falleto atribuem primazia ao condicionante econômico – controle nacional *versus*

enclave - para apreender o sentido do desenvolvimento capitalista nas diferentes economias latino-americanas. Contudo, quando traçam a trajetória histórica posterior, de fato atribuem-na aos fatos e atores políticos que podem, a depender das alianças e conflitos e da condução do processo político, gerar modelos políticos positivos ou negativos, com potencial inclusive para a superação do subdesenvolvimento (KATZ, 2020, p. 114). Assim, Cardoso (em sua obra com Falleto e em outras) propõe de fato uma primazia da esfera política e uma autonomia relativa dela. Essa esfera é entendida como um campo em que atuam a partir de valores e interesses distintos grupos e massas relativamente indefinidas, não articulados a uma perspectiva materialista de classe que permita desvelar os nexos entre economia, sociedade e política. Dessa forma, Cardoso não alcança as contradições objetivas que impulsionam o processo histórico e que determinam objetivamente as lutas de classes, como, por exemplo, as condições de extração do mais valor e de acumulação do capital na América Latina. O corolário de sua proposta metodológica é a indeterminação histórica. No limite, o movimento da história faz referência às mudanças no jogo político. As relações de dominação ganham primazia, mas não há uma preocupação sobre o nexo delas com as relações de exploração (HADLER, 2013, p. 168 a 171).

3.2 - A dependência no plano político-social e vinculada historicamente

A noção de desenvolvimento na obra de Cardoso define-o como sinônimo de diferenciação da estrutura produtiva (HADLER, 2013), por meio da reprodução ampliada do capital que promove o desenvolvimento das forças produtivas e das correspondentes relações e estruturas políticas e sociais. Assim, enfatiza-se a dimensão técnica do desenvolvimento, em detrimento da relação social de exploração (a unidade contraditória capital-trabalho) e do processo histórico particular das formações econômico-sociais. Por esse meio, o desenvolvimento ganha uma conotação positiva, com tendência a se dissociar das condições históricas específicas das formações. Essa aproximação do desenvolvimento abre passagem para que Cardoso e Falleto considerem, do ponto de vista histórico, o subdesenvolvimento e a dependência como conceitos interligados, ainda que não necessariamente devam assim se manter a depender das conformações históricas do mercado mundial e político-sociais das nações dependentes. O foco de sua interpretação está no fato de que a inserção da América Latina no mercado mundial é um movimento que, ao criar a situação de subdesenvolvimento, quando vincula nesse mercado economias “que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global

do sistema capitalista”, supõe “uma estrutura definida de relações de dominação” (CARDOSO E FALETTO, 1981, p. 26). O conceito de subdesenvolvimento, entretanto, é insuficiente para analisar como as relações de dominação se conformam. Estas se constituem não apenas no âmbito externo, mas também internamente aos estados politicamente independentes, por meio da conformação dos grupos sociais que, pelo seu domínio na luta política, são capazes de orientar as economias para o mercado mundial. Este é o cerne da definição de dependência para os autores. Trata-se de um conceito relacionado sobretudo à dimensão político-social. É “uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores” (idem, p. 26). Sua constituição, portanto, está necessariamente relacionada à forma mutável como os grupos e classes se relacionam entre si, com o Estado e com o processo produtivo.

Por seu caráter político-social, a dependência se forma de acordo com a maneira como os grupos sociais reagem às mudanças estruturais da economia mundial. Assim, é vinculada historicamente tanto aos limites que uma dada situação histórica impõe à atuação política, quanto aos processos internos de luta pelo poder e pelo controle do processo produtivo.

3.3– Dependência e desenvolvimento em quatro períodos históricos

Em *Dependência e desenvolvimento*, após definirem os principais aspectos de seu conceito de dependência, Cardoso e Falleto partem para a análise histórica da articulação e das lutas entre os grupos sociais que particularizam as formas como a dependência se manifesta nos diferentes países latino-americanos. Dividem, dessa forma, sua análise em cinco períodos: o período de “expansão para fora” das economias exportadoras do século XIX; o “momento de transição” das economias exportadoras para economias industriais; o período desenvolvimentista, marcado pelo nacionalismo, pelo populismo e pela consolidação do mercado interno; e a fase de “internacionalização do mercado interno”.

No período exportador, o problema inicial das nações latino-americanas recém-independentes dizia respeito à sua organização nacional, e esta dizia respeito basicamente à capacidade de se manter o controle local do sistema produtivo exportador herdado do período colonial e em dispor de um sistema de alianças políticas que permitisse ao grupo ligado ao mercado internacional e aos países centrais manter um mínimo de poder interno. No entanto, nem sempre os grupos econômicos locais conseguiram manter seu predomínio sobre o sistema produtivo, de forma que, nesses casos, as atividades primárias passavam a ser

controladas direto do exterior, o que dá origem às economias de “enclave”, cujo dinamismo se expressa pelo dinamismo das economias centrais e independentemente das iniciativas dos grupos locais. Estas economias, por suas próprias características, não tinham seu mercado interno ampliado com o “êxito” do setor moderno e apresentavam uma tendência a um baixo nível de distribuição de renda, comparativamente às economias com controle nacional da produção. Do ponto de vista socio-político, eram mais dependentes que estas últimas.

No momento de “transição” dessas sociedades rumo a processos de industrialização, Cardoso e Faletto estabelecem uma série de elementos explicativos de suas diferentes trajetórias e graus de sucesso nesse processo: em primeiro lugar, o fato destas economias controlarem nacionalmente sua produção ou serem enclaves é determinante. No entanto, ainda há uma grande diversidade entre elas, a depender da diferenciação interna do sistema produtivo e do “fracionamento dos grupos sociais”. Essas diferenças levam a transições mais ou menos bem-sucedidas entre os modelos, de forma que naqueles países onde se consolida um setor exportador mais forte política e economicamente, as mudanças para modelos de desenvolvimento voltados ao mercado interno se fazem mais difíceis que em países onde há um maior equilíbrio no “esquema de dominação” que possibilite sua ampliação para grupos como a classe média urbana e a burguesia industrial.

A época seguinte, do desenvolvimentismo, vai se caracterizar, de forma geral, pela formação elementar de uma economia industrial diferenciada e pela formação de um proletariado e o incremento do “setor popular urbano não-operário da população”. Dessa nova conjuntura abrem-se as possibilidades de acordos e alianças entre os setores agroexportadores, financeiros, setores médios e industriais urbanos. “Por outro lado, aparecem como objeto de dominação em alguns casos, ou como base de sustentação em outros, os chamados setores populares, integrados por seus três componentes típicos: a classe operária, a massa popular urbana e a massa agrária.” (CARDOSO & FALETTI, 1981, p. 93). A diversidade de “modelos” de industrialização nesse período, contudo, se mantém, de acordo com os padrões históricos de conformação das forças político-sociais em cada país: naqueles onde houvesse um forte setor exportador, vinculado ao mercado interno e que tivesse transferido capitais para o setor industrial, prevaleceu um modelo “liberal” de industrialização, com maior participação do setor privado; onde houvesse uma vinculação de uma diversidade maior de setores (burguesia, setores médios, sindicatos) ao Estado compartilhando com o setor exportadores a condução do desenvolvimento, o modelo “nacional-populista”, que colocava em um mesmo arranjo interesses oligárquicos e exportadores e propunha o fomento ao mercado interno, o “distributivismo social e econômico” foi mais forte; por fim, nos casos em que o setor

exportador-importador era mais débil em sua acumulação e capacidade de fomentar o mercado interno, o Estado assumiu um caráter preponderante na reorientação dos investimentos e das bases da economia industrial.

Finalmente, o período de “internacionalização de mercado interno” é marcado por limites estruturais do modelo desenvolvimentista na tendência que se reestabelece à deterioração aos termos de troca, no fim da “fase fácil” da substituição de importações e no “perigo” sistemático da pressão das massas que sua sucessiva incorporação no acordo populista supõe. Essa nova situação estrutural fragiliza os acordos entre setor agrário, os setores urbano-industriais e os dirigentes sindicais, na medida em que reduz a margem de manobra à conformação de um arranjo que não prejudique fortemente algum desses segmentos. O pacto desenvolvimentista chega a seus limites. Por outro lado, há um duplo movimento de busca de novos mercados pelos capitais estrangeiros desde a década de 1950 e de pressões internas para a intensificação da associação entre grupos nacionais e monopolistas estrangeiros como forma de superar a etapa de instalação de ramos de produção de bens intermediários e de capital tecnológica e economicamente mais significativos, além de uma pressão maior dos grupos marginalizados durante o processo substitutivo anterior. Essas novas condições vão se desdobrar em uma transformação nos arranjos político-sociais “em função dessa nova situação de desenvolvimento” (idem, 1981, p. 125), que se constitui paralelamente a um “novo caráter da dependência”.

O importante, aqui, é reforçar o sentido geral da interpretação dos autores. Nela, a conformação política e social original dos países latino-americanos politicamente independentes gravita na aliança entre as oligarquias tradicionais os setores exportadores, ligados ao mercado internacional, ou, em certos casos, nos enclaves controlados desde o exterior. É a partir dessa organização política que vão se agregando novos atores – burguesia industrial, classe média urbana, operário, massas populares - surgidos e/ou fortalecidos com as mudanças estruturais do mercado mundial. Um processo que, por sua vez, alimenta mudanças internas sociais e institucionais e a formação de novos paradigmas de desenvolvimento ao longo do processo histórico.

3.4 – Imperialismo e desenvolvimento no pós-guerra

O movimento de forte e progressiva internacionalização do capital após a Segunda Guerra Mundial é tratado por Cardoso como uma mudança qualitativa, com significativas implicações para as relações econômicas internacionais e a questão do desenvolvimento na

periferia.

Há então o estabelecimento da tendência ao investimento estrangeiro direto no setor manufatureiro periférico, em que conglomerados e empresas multinacionais aproveitam-se do mercado interno consolidado e protegido ao longo do período de substituição de importações para mover suas filiais para as economias em industrialização. A reconfiguração da divisão internacional do trabalho leva Cardoso à proposição de uma nova face que assumiria o imperialismo em que este não se tornaria mais contraditório com o desenvolvimento econômico (CARDOSO, 1993), pois “a redefinição dos nexos de dependência a partir do próprio mercado interno, com produção e realização internas, tornaria a industrialização, o progresso das forças produtivas na periferia, interesse do próprio capital financeiro monopolista” (HADLER, 2013, p. 51).

Assim, embora sem suprimir as formas de exploração imperialista anteriores, em que era central a manutenção da periferia como fornecedora de matérias-primas e força de trabalho barata, as relações imperialistas se tornam mais complexas (idem, ibidem). Cardoso defende a revisão da teoria do imperialismo leninista, considerando que, na nova ordem internacional, “a divisão do mundo já não se realiza mais, como na época de Lênine, por uma anexação de territórios e pelo controle político-econômico de áreas, para garantir o domínio sobre as fontes de matérias-primas apenas” (CARDOSO, 1977, p. 137).

3.5- O desenvolvimento dependente e associado

Na obra de Cardoso e no seu livro escrito com Enzo Falleto, a situação de dependência da América Latina não está necessariamente relacionada a uma situação de subdesenvolvimento. A autonomia da política confere a capacidade de uma articulação de grupos sociais para organizar modelos políticos “positivos”, que direcionem os países dependentes à superação do subdesenvolvimento em determinadas condições. Assim, a depender da situação estrutural e de como os grupos sociais se articulam diante dela, a dependência pode permitir e mesmo fomentar o desenvolvimento de um país, assim como sua “autonomia” pode levar à estagnação. Na etapa de internacionalização do capital do pós-guerra, funda-se a situação material para uma solidariedade entre o capital internacional e o espaço econômico nacional. O desenvolvimento econômico, entendido como diferenciação da estrutura produtiva, torna-se uma possibilidade aberta.

No período da “internacionalização do mercado interno”, com a presença crescente do capital monopolista nas economias dependentes, na medida em que perdem ainda mais

autonomia, estes países podem alcançar o desenvolvimento, entendido como diferenciação da estrutura produtiva. Essa tese se explica pelas características estruturais da nova fase, em que a modernização da estrutura produtiva liderada pelos monopólios estrangeiros apontaria para um alto grau de diversificação da economia, utilização de mão-de-obra especializada, saída relativamente reduzida de excedentes e um mercado interno, formado principalmente pelas próprias empresas e pelo Estado, em condições de absorver a produção (idem, p. 127). Isso não quer dizer que esta alternativa de desenvolvimento se dará de maneira automática: seguindo a própria perspectiva metodológica que aplicam aos outros períodos, Cardoso e Faletto ponderam que o processo de transição a esse novo modelo é inicialmente acompanhado de contradições como a intensificação da exclusão dos setores populares e o advento de regimes autoritários como forma de implementá-lo.

4-Celso Furtado: dependência, subdesenvolvimento, modernização e transnacionalização

Como um dos principais expoentes do pensamento estruturalista, Celso Furtado não é costumeiramente classificado como um autor dependentista. Um fator explicativo para tanto está em sua própria trajetória intelectual. No período que se inicia com suas obras de juventude, ainda nos anos 1940, e vai até os primeiros anos da década de 1960, a proposição de Furtado para a superação do subdesenvolvimento dava centralidade à industrialização periférica conduzida com o protagonismo do Estado nacional por meio do instrumento do planejamento e com a implementação de uma política econômica “qualitativa”, focada na remoção de obstáculos institucionais e estruturais ao desenvolvimento capitalista autônomo (WASQUES, 2021; JURGENFELD, 2020). É lícito dizer, portanto, que suas formulações se enquadravam no paradigma próprio ao estruturalismo cepalino, otimista quanto aos resultados da industrialização por substituição de importações.

As interpretações da dependência, não obstante, tiveram em comum o diagnóstico de que a industrialização periférica, tendo alcançado um limite intransponível na forma como ocorreu na América Latina no pós-guerra, não havia logrado a superação do subdesenvolvimento, afastando-se portanto da perspectiva estruturalista de desenvolvimento capitalista sobre bases nacionais. Esse salto teórico também seria dado por Furtado no período posterior a 1964 (MANZATTO e SAES, 2021), quando a deflagração das ditaduras militares latino-americanas e a crise do modelo de substituição de importações da década de 1960, bem como as próprias críticas recebidas pelo dependentismo, exigiram uma revisão das teses

propugnadas pela Cepal. Nessa nova fase do seu pensamento, aspectos como o caráter subordinado e o mimetismo das elites locais e os impactos nefastos da transnacionalização se fariam presentes em sua autêntica interpretação dos nexos entre dependência e subdesenvolvimento.

Aqui, nosso foco se estabelece na assim considerada “fase dependentista” de Furtado, quando a problemática de suas formulações permite considera-lo em um mesmo eixo de análise dos demais autores.

4.1 – Influências teóricas e o método histórico-indutivo

Pensador da formação econômica e social brasileira e latino-americana, da condição particular da periferia do capitalismo e da dinâmica e mudanças do capitalismo global com amplo reconhecimento de sua obra, não se trata de novidade a percepção da hábil utilização da história e o trato interdisciplinar dado por Celso Furtado para a apreensão dos fenômenos econômicos determinantes da realidade.

Furtado apresenta em suas obras uma perspectiva “histórico-indutiva”, no sentido de que busca identificar na realidade histórica os principais fatos e dados com os quais podem-se fazer inteligíveis as estruturas e processos econômicos (Bresser-Pereira, 2004).

A opção de Furtado pelo método histórico-indutivo se destaca diante da predominância, mesmo que provavelmente com maior equilíbrio em sua época, do enfoque lógico-dedutivo utilizado pelas perspectivas neoclássicas da economia. Em um ensaio em que trata particularmente da questão metodológica na ciência econômica, Furtado procura posicionar esta enquanto ciência social, rebatendo a metodologia da economia como ciência exata, que busca isolar os fenômenos do seu contexto e persegue a verificação e a previsão a partir da aplicação da análise matemática. Furtado explica que esse procedimento é inviável na economia pois, ao contrário do objeto de estudo das ciências naturais, que é “de natureza que permanece idêntica a si mesma e é totalmente exterior ao homem” (Furtado, 1974, p. 111),

“toda decisão econômica é parte de um conjunto de decisões com importantes projeções no tempo. Essas decisões encontram sua coerência num *projeto* que introduz um sentido unificador na ação do agente. Isolar uma decisão do conjunto dotado de sentido, que é o *projeto* do agente, considerá-la fora do tempo e em seguida adicioná-la a decisões pertencentes a outros projetos, como se se tratasse de elementos homogêneos, é algo fundamentalmente distinto do que em ciência natural se considera como legítima aplicação do método analítico”

(Furtado, 1974, pp. 112 e 113)

O método histórico-indutivo é aqui justificado e incrementado, portanto, com a percepção da necessidade de uma análise em que se observem os fenômenos a partir da orientação que adquirem em conjunto com outros aspectos da realidade. Conceitos apresentados pelo autor como o de “modernização”, por exemplo, são próprios de um esforço analítico que procura entender como uma série de práticas e processos se articulam em um sentido comum, os quais só dessa maneira podem ser apreendidos em todo seu significado.

O pensamento de Furtado decorre de uma trajetória intelectual em que o próprio identifica três grandes matrizes teóricas que o influenciaram: o positivismo, o marxismo e a sociologia culturalista norte-americana (FURTADO, 2014). Do primeiro, ele advoga a noção da ciência e da razão como método para alcançar o progresso e de intervenção para a resolução dos problemas sociais, a partir da qual é possível intuir a origem da relevância que tem o planejamento econômico em seu pensamento. Furtado nunca negou essa influência, mas tentou mitigar a ideia positivista fetichizante de um planejamento demiúrgico, “capaz de colocar a história sob trilhos retos da razão” (PAULA e ALBUQUERQUE, 2020), com o recurso a dialética hegeliana e ao pensamento de Marx. Do marxismo, decorre a compreensão da possibilidade da busca de um sentido para história – tão relevante a seu pensamento profundamente historicizado. Embora Furtado considere baixa a relevância da teoria econômica de Marx para seus estudos, retém neles as noções marxistas da importância decisiva do progresso tecnológico e da incessante necessidade reprodução ampliada do capital. Sobre a questão do sentido da história em particular, cabe mencionar o diálogo de Furtado com a teoria da mudança social. Furtado reconhece a importância da dialética marxista para o estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Contudo, rejeita a ideia da mudança social como dotada *a priori* de uma “direcionalidade”, podendo fatores políticos, econômicos e sociais singulares desempenharem um papel condicionante ou condicionado a depender das circunstâncias. Rezende (2004) entende que essa compreensão aproxima o autor da visão de Max Weber sobre a mudança social.

Por fim, da sociologia culturalista norte-americana, o economista paraibano acolhe os aportes da teoria antropológica da cultura, que lhe revelaram “a dimensão cultural do processo histórico” (FURTADO *apud* PAULA E ALBUQUERQUE, 2020). Essa dimensão tem centralidade na teoria do subdesenvolvimento e da dependência do autor, dando o tom do caráter interdisciplinar em sua obra.

4.2 – Subdesenvolvimento, modernização e dependência

A perspectiva de Furtado apresenta uma inovação teórica marcante: a dependência é aqui entendida especialmente como situação produzida como desdobramento de um *padrão sociocultural*, que orienta o sentido do processo produtivo nas economias periféricas. Sua dinâmica - embora constitua processos de caráter tecnológico, financeiro e outros - encontra-se determinada *peelo comportamento cultural das elites das economias periféricas*.

A apreensão do significado da dependência se dá de forma conexas ao conceito de subdesenvolvimento em Furtado. Este se caracteriza como “um processo particular, resultante da penetração das empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (FURTADO, 2009, p. 171). Em sua essência está a conformação de estruturas sociais em que a difusão do progresso técnico, proveniente dos países capitalistas mais avançados, concentra-se em um espectro limitado das atividades produtivas e não logra alastrar seus efeitos em termos de ampliação da produtividade, incorporação da força de trabalho e ganhos salariais para o conjunto da economia. Sua especificidade está na “falta de correspondência entre a disponibilidade de recursos e fatores [força de trabalho e, em alguns casos, recursos naturais abundantes] e a combinação destes requeridas pela tecnologia [importada dos países centrais] que está sendo absorvida” (idem, *ibidem*, p. 174). O corolário do subdesenvolvimento, é, desta feita, a heterogeneidade tecnológica entre diferentes setores da economia, a manutenção de um elevado contingente populacional em condição de subsistência e a exclusão das maiorias sociais dos benefícios que o desenvolvimento oferece, destinados a uma minoria da população dos países periféricos⁵.

Na raiz desse processo está o elemento dinamizador da incorporação do progresso técnico na periferia capitalista. Enquanto nas economias do centro as próprias inovações introduzidas no processo produtivo que levaram a novas combinações de fatores de produção, reduzindo dessa forma o preço e aumentando em quantidade o produto, desempenharam esse papel (FURTADO, 2009, p. 168), nos países subdesenvolvidos ele reside na demanda pré-existente, composta principalmente pelo consumo das elites locais, que buscam mimetizar os padrões de consumo prevalecentes nas regiões de maior desenvolvimento industrial (FURTADO, 2009; TAVARES, 2000). A tentativa de cópia do estilo de vida dos países centrais pelas elites apresenta um desdobramento fundamental, que se manifesta com maior

⁵ Utilizamos aqui a referência à obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* ([1961] 2009) do autor. Embora anterior à fase “dependentista” de Furtado, o conceito de subdesenvolvimento do autor nela apresentado seria mantido e enriquecido nas suas obras pós-1964, reforçando-se cada vez mais o papel próprio da dependência na sua conformação;

vigor no decorrer do avanço da industrialização. Na medida em que os países periféricos detêm um grau de acumulação de capital inferior ao dos países centrais, com tendência à ampliação da distância com a aceleração do progresso técnico no centro, a perseguição de um padrão de consumo “mimetizado” orienta a adoção de métodos produtivos cuja quantidade de capital por trabalhador é mais elevada do que aqueles requeridos para a incorporação da força de trabalho local à indústria. Além disso, a satisfação da demanda por produtos manufaturados exige a concentração progressiva do excedente nas mãos das elites dominantes. Isso se faz com a expansão das exportações ou com o aumento da taxa de exploração, ou seja, com a concentração de renda. Ao “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados[...] sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”(Furtado, 1974, p. 81), Furtado dá o nome de *modernização*. À “situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior” (idem, p. 84), ou seja, ao conjunto dos fenômenos engendrados a partir e por meio do padrão de consumo modernizado, Furtado denomina *dependência*. Esta situação tem suas origens no advento da divisão internacional do trabalho, na fase de economia exportadora dos países periféricos, quando o excedente em mãos das elites exportadoras nacionais ou de “enclaves” estrangeiros escoava para o centro pela via das importações de produtos manufaturados ou da repatriação dos lucros, respectivamente, dificultando ou retardando a ampliação do mercado interno e a ativação de forças endógenas de acumulação. No processo de substituição de importações por que passaram algumas economias periféricas, a estrutura de demanda criada com a modernização e a concentração de renda se transmuta para a esfera interna de produção: importam-se tecnologias e processos produtivos do centro, especializados na produção de bens sofisticados (oriundos do nível de acumulação de capital do centro) para o espaço interno dos países periféricos, deixando uma larga faixa da população que excede às exigências do capital em condições de subsistência e abrindo as portas para que os salários reais “se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho”(FURTADO, 1974, p. 82).

Formada a partir dos padrões de comportamento e consumo das elites modernizadas, a dependência orienta, dessa forma, todo o processo de acumulação que se desenvolve nos países periféricos em geral, e na América Latina em particular.

4.3 – Conformação histórica da dependência

Esquemáticamente, Furtado explica a conformação histórica da dependência da seguinte maneira: com a formação do capitalismo industrial e da divisão internacional do trabalho, estabelecem-se as relações centro-periferia, nas quais a especialização na produção manufaturada pelos países centrais, fomentada com o progresso técnico e a colocação de novos produtos no mercado, tem como contrapartida a especialização da periferia em produtos primários, cuja produtividade é elevada não com o desenvolvimento das forças produtivas, mas “pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional”(Furtado, 1974, p. 78). Diante desta situação de evidente desigualdade, alinham-se dois aspectos históricos: por um lado, a matriz institucional (estrutura da propriedade da terra, contingente populacional, etc.) dos países periféricos determina suas relações internas de produção e dessa, maneira, define as formas de apropriação do excedente gerado pelo comércio exterior; por outro, a forma de utilização do excedente reflete o processo de dominação cultural dos países centrais. Em outras palavras, o excedente gerado pelo comércio exterior irá dar acesso às elites locais a padrões de consumo diversificados, bens produzidos a partir do progresso técnico nos países industriais. Para tanto, ampliam a taxa de exploração do trabalho, que precisa então crescer à medida que as disparidades tecnológicas entre centro e periferia vão se aguçando e fomentando novas formas de consumo mimetizadas pelas elites locais. Cria-se, assim, o “embrião” da relação entre dependência e subdesenvolvimento, baseado (1) no baixo desenvolvimento das forças produtivas e do nível de acumulação interna e (2) na mimetização dos padrões de consumo do centro pelas elites locais de forma independente do nível dessa acumulação.

São estas condições que orientam o processo de industrialização das economias periféricas. Com ela, sabe-se que o “eixo de acumulação” se desloca para o mercado interno. Entretanto, este último é um mercado fortemente concentrado, de modo que o setor industrial se instala para abastecer a demanda diversificada destas mesmas elites dominantes, e seu dinamismo passa então a depender da capacidade de consumo desses grupos. Assim, passam a depender também do aumento da taxa de exploração e da elevação das desigualdades sociais. Consolida-se, dessa maneira, o mecanismo pelo qual o crescimento econômico se traduz em elevação das desigualdades.

Furtado, então, faz referência à crescente internacionalização da economia. O progressivo aumento do custo da tecnologia e a aceleração do progresso técnico facilita a penetração de grandes empresas internacionais, estabelecendo sucursais nas economias periféricas e ampliando os laços de dependência. Por sua vez, diante das dificuldades que passam a apresentar com os custos crescentes em moeda estrangeira, os países periféricos

promovem por meio do aumento da taxa de exploração a “exportação de mão de obra barata sob o disfarce de produtos manufaturados” (idem, p. 94), ou seja, a entrada de investimentos estrangeiros que buscam, por meio da utilização de mão de obra barata dos países dependentes, baixar os custos de produção dos seus produtos comercializados mundialmente. No bojo desse processo avança a transnacionalização do capital, que ampliaria as disparidades internacionais, reforçaria a modernização dos padrões de consumo e fragilizaria ainda mais os sistemas econômicos periféricos, como indicamos a seguir.

4.4 – Transnacionalização e dependência

Na sua obra posterior a 1964, Furtado dedicaria cada vez mais atenção às transformações do capitalismo mundial⁶, com foco na importância assumida pelas empresas transnacionais (ETNs) para a dinâmica econômica global e seus impactos sobre os Estados nacionais e a periferia capitalista. As ETNs são estruturas mais sofisticadas de formas produtivas do capital, insurgentes do aprofundamento da divisão internacional do trabalho, cuja atividade produtiva é organizada de forma a “utilizar recursos que permanecem integrados em distintas economias nacionais” (FURTADO, 1976, p. 57). Trata-se de relações em uma forma superior às atividades internacionais, em que a atividade produtiva, embora comandada de fora, “permanece integrada ao sistema produtivo local”(idem, *ibidem*) . Sua integração, ao contrário, se dá ao nível de seus processos que se localizam em países diversos, sujeitos a uma unidade de comando.

As ETNs, em Furtado, caracterizam-se por uma dupla identidade: são unidades de capital com o objetivo de valorização e uma fonte de poder, proveniente do controle do progresso técnico (CAMPOS e RODRIGUES, 2015). Ao exercer seu poder a favor da ampliação da rentabilidade, elas tem a capacidade de executar uma estratégia sem se subordinar a valores determinados nacionalmente. Daí advém um aspecto essencial à chamada *transnacionalização do capital*: a forte expansão das atividades transnacionais significa a conformação de uma dinâmica, protagonizada por poderosas organizações, que se sobrepõe e desarticula os sistemas econômicos nacionais – as forças produtivas cujo desenvolvimento está articulado a um projeto nacional - e escapa ao controle dos centros

⁶ Recorrendo ao mesmo corte na trajetória intelectual de Furtado que aqui consideramos, nos diz Guimarães (2000): “se até 1964 Celso Furtado pensou a periferia desde a sua relação com o centro, no pós-64 toda a sua energia intelectual foi colocada a serviço de repensar a periferia desde as mudanças em curso no centro do mundo. Fugir à alienação ‘do tipo ptolomaico, ou seja, a incapacidade para pensar a própria posição em um sistema de forças’, sempre foi o esforço intelectual de Furtado”.

internos de decisão – instrumentos autônomos de gestão cambial, creditícia e fiscal (idem, *ibidem*). Historicamente, embora a expansão dessas atividades tenha início no pós-guerra, seu ponto de virada, correspondente ao momento de perda do controle dos sistemas nacionais, ocorre quando os mercados bancários conseguem prover a liquidez necessária à ampliação da mobilidade do capital internacional. Um momento fundamental nessa direção se dá, precisamente, com a elevação dos preços do petróleo na década de 1970, a aplicação dos recursos no Euromercado - que ampliam o horizonte da especulação e põem em cheque a política econômica até então aplicada - e a reposta estadunidense com a conformação de um novo padrão monetário internacional em que se aprofundam os sintomas da transnacionalização (FURTADO, 1982).

O avanço da transnacionalização do capital implica em uma série de agravantes para a situação de dependência da periferia. Furtado analisa como no período pós-guerra essa evolução ocorreu em meio a um processo de homogeneização e integração crescente das economias centrais, ao passo que aumenta a disparidade de renda entre centro e periferia, aspecto cuja razão se refere ao controle cada vez maior das riquezas da periferia por empresas do centro, o que engendra um fluxo constante de recursos da primeira para o segundo. Paralelamente, esse processo acarreta no reforço da modernização dos padrões de consumo das elites periféricas a partir de um estilo de desenvolvimento também sob controle cada vez maior dessas grandes corporações, agravando por esse meio a discrepância entre as necessidades das maiorias sociais e a orientação da tecnologia inserida nos processos produtivos (FURTADO, 1976, p. 114) Por outro lado, os países periféricos vêm agravada a capacidade de coordenação interna de suas economias, aspecto que também atinge as economias centrais, mas ganha muito maior complexidade no quadro de vulnerabilidade próprio à periferia (idem, 1974, p. 61).

À trajetória de internacionalização das economias periféricas de maior grau de industrialização impõe-se, finalmente, uma nova dinâmica de acumulação que tem no endividamento e na posterior reciclagem da dívida externa dessas economias o seu determinante local. Analisando o caso brasileiro, Furtado percebe, nos anos 1970, a conexão entre o controle cada vez maior das atividades produtivas pelas empresas transnacionais, o avanço da industrialização e o recurso ao crédito no exterior como meio de sustentar esse processo, na conjuntura de grande liquidez internacional que abre passagem para alavancagem por meio de créditos no Euromercado de moedas (CAMPOS e RODRIGUES, 2015). Esse processo se daria em meio a um movimento especulativo em que as empresas transnacionais se tornariam as principais detentoras de títulos públicos, emitidos pelo Banco

Central para controlar o impacto inflacionário da injeção de liquidez. A crise aberta da década de 1980, então, acarretaria uma nova orientação à lógica de valorização, em que a reciclagem da dívida assume prioridade em relação ao mercado interno, então centro dinâmico da economia. Essa nova configuração implica em uma desarticulação do esquema de crescimento e modernização do padrão de consumo até então vigente, inaugurando a inserção da economia brasileira (bem como de outras economias latino-americanas) na dinâmica de “maior imbricamento com as finanças internacionais” (FURTADO, 1982, p. 128) em que a acumulação financeira global assume papel central.

A perspectiva da transnacionalização de Furtado tem como grande mérito a antecipação de tendências fundamentais da dinâmica capitalista mundial que se confirmariam nas décadas subsequentes. Assim, ainda na década de 1970 Furtado apontava para aspectos da economia brasileira que sedimentariam a transição para o capitalismo financeirizado. Por outro lado, cabe se perguntar se a desarticulação dos sistemas nacionais foi um movimento verificado em economias centrais e periféricas indistintamente, ou se, ao contrário, foi mais um elemento a jogar a favor de uma agudização da relação da dependência, na exata medida em que aumentou o poder político e econômico dos Estados imperialistas.

4.5- Os caminhos tortuosos do desenvolvimento nacional

A fase de transnacionalização da economia, último dos períodos analisados por Furtado, coloca grandes dificuldades à superação do subdesenvolvimento e da dependência. Neste período, o Estado se torna cada vez mais débil para controlar as forças do mercado, progressivamente orientadas do exterior, a correlação de forças do trabalho frente ao capital é enfraquecida e cresce a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (SAMPAIO JR., 1997, p. 228). Por outro lado, as limitadas saídas para os países dependentes, diante da ausência de controle do progresso técnico desde os momentos iniciais da substituição de importações, limitaram-se a procurar “mudar a qualidade de suas 'necessidades sociais'”, por meio de rupturas socioculturais, escolher entre introduzir tecnologias de última geração ou mais atrasadas, modificar sua participação no sistema capitalista mundial e/ou alterar parâmetros sociais e institucionais que propiciem mudanças no mundo do trabalho (idem, p. 204). Contudo essas alternativas se vêm ainda mais restritas com a perda de autonomia decisória observada no período de transnacionalização.

Analisando o Brasil, Furtado também reconhece que a inserção dependente na nova fase do capitalismo reforça o colonialismo cultural da burguesia e a associação com as

empresas transnacionais, assumindo tarefas auxiliares aos setores industriais dominados pelo capital estrangeiro. Contudo, argumentava sobre o caráter contraditório e relativo dessa dependência, na medida em que o empresariado seria dividido entre um grupo mercantil e financeiro associado e um grupo industrial que poderia eventualmente se identificar com os interesses da nação (GARBIERO, 2018 ; MANZATTO e SAES, 2021).

Observam-se, portanto, dificuldades crescentes de ação autônoma e superação do subdesenvolvimento dentro dos quadros do capitalismo transnacional. Entretanto, ao contrário de autores marxistas como Ruy Mauro Marini, Furtado não propõe a extrapolação dos limites do capitalismo. Tal perspectiva tem relação com a compreensão do autor sobre o Estado capitalista e da sua característica particular nas economias subdesenvolvidas. Esse entendimento implícito em sua obra vai se complexificando ao longo dela até conceber o Estado como simultaneamente “resultado (efeito) da interação dialética entre o desenvolvimento das bases materiais [inovações tecnológicas no processo produtivo] e o consequente ajustamento dos aspectos não materiais da cultura” (WASQUES, 2021, p. 168) e como agente de importantes transformações (causa) na estrutura econômica, cabendo aí seu papel como promotor do desenvolvimento econômico. Nessa interação dialética de “ajustamento” entre elementos materiais e não materiais, a qual ocorre de maneira diversa em economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, Furtado dá centralidade às lutas de classes como aspecto definidor do desenvolvimento das instituições políticas. Não obstante, para ele, a esse mesmo Estado, na medida em que se constitui como organização mais poderosa da sociedade, abre-se a possibilidade de se colocar como um “estrato autônomo” perante os conflitos de classe, “com aspirações e atitudes que não tem porque confundir-se sempre com uma das classes em conflito” (FURTADO *apud* WASQUES, 2021, p. 169).

Dessa forma, embora Furtado reconheça as graves limitações colocadas à autonomia de decisão nacional na fase de transnacionalização do capital, observe o caráter dependente de parte importante da burguesia brasileira e compreenda a formação da superestrutura estatal como reflexo das lutas de classe, a manutenção de uma perspectiva que coloca o Estado capitalista como ente “acima” das classes em luta – mesmo no momento atual do capitalismo – deixa pouco claros quais seriam os limites de atuação do aparelho estatal diante do poder das classes dominantes transnacionalizadas que buscam instrumentalizar o Estado de acordo com seus interesses. Tal ausência implica na aposta da capacidade do Estado capitalista em contrariar a dinâmica da transnacionalização e as classes dominantes locais em uma direção de reformas que colocam em cheque a situação de dependência. Como argumenta Sampaio Jr.:

seu modo de pensar a autonomia relativa dos centros internos de decisão ignora que o raio de manobra da política econômica é prisioneiro da correlação de forças que sustenta o Estado. Ao subestimar a força dos grupos econômicos e sociais umbilicalmente comprometidos com o subdesenvolvimento, o autor superestima as potencialidades reformistas das elites dirigentes e o papel da tecnocracia no desenvolvimento nacional. No nosso entendimento, estes problemas devem ser atribuídos ao fato de que o compromisso de Furtado com a defesa do regime capitalista limita sua capacidade de levar às últimas consequências a crítica à dependência e ao subdesenvolvimento. (Sampaio Jr., 1997, p. 231)

5- Marini, Cardoso e Furtado: breves comparações

Nesta sessão, são comparados em perspectiva crítica alguns aspectos que se destacam nas interpretações da dependência dos autores tratados nesse artigo. Tal qual foi feito nas abordagens em separado de cada um deles, a sessão é dividida em quatro tópicos. No primeiro, procura-se comparar os principais aspectos metodológicos das interpretações. No segundo, as diferentes definições e aspectos principais que atribuem ao conceito de dependência. No terceiro, a dinâmica da dependência e sua abordagem histórica. Por fim, na quarta e última, os principais desdobramentos políticos e econômicos que supõem em consonância com seus pressupostos teóricos e históricos. Logo abaixo, é apresentado um quadro (Tabela 1) com os principais aspectos discutidos nas sessões anteriores.

Autores/aspectos dos estudos da dependência	Metodologia dos estudos	Definição da dependência	Dinâmica da dependência	Desdobramentos da dependência
Ruy Mauro Marini	Mediação entre as leis da acumulação capitalista os determinantes histórico-concretos das formações dependentes	Contradição histórica fundada na divisão internacional do trabalho no século XIX, e reproduzida sobre novas bases com a manutenção da superexploração da força de trabalho enquanto consequência direta dessa relação	Cisão do ciclo do capital em mercado externo e mercado interno e entre esfera alta e baixa de circulação, determinadas fundamentalmente pela superexploração da força de trabalho	Dependência se retroalimenta; rompimento é exógeno, exigindo superação do capitalismo
Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto	Análise das alternativas do processo histórico delimitado pelas estruturas que	Forma de dominação manifesta na atuação e orientação dos grupos sociais em determinada vinculação histórica ao	Convergências e conflitos entre grupos sociais – oligarquia latifundiária,	Forças agem dentro de possibilidades abertas pela nova situação de

	oferecem as “possibilidades de ação”	mercado mundial	burguesia exportadora, operários e camponeses – leva a novos arranjos que reproduzem a dependência sob novas formas	dependência. Internacionalização abre possibilidade de desenvolvimento dependente
Celso Furtado	Análise indutiva das estruturas socioeconômicas e políticas formadas historicamente	Situação criada a partir de padrão socio-cultural modernizado de consumo das elites locais, que engendra, com a insuficiência na acumulação de capital da economia dependente, a perpetuação da estrutura subdesenvolvida	Formação de uma minoria modernizada a partir da dominação cultural e do comércio internacional, industrialização para minoria e aprofundamento com transnacionalização	Inviabilidade de superação do subdesenvolvimento pela via dependente. Necessário fortalecer os “centros internos de decisão”. Autonomia com desenvolvimento nacional

Tabela 1- Quadro comparativo dos autores(Ruy Mauro Marini, F. H. Cardoso & Enzo Faletto e Celso Furtado)

5.1- O viés metodológico

Em uma análise comparativa das metodologias adotadas pelos autores, destaca-se aqui dois aspectos nos quais apresentam convergências e divergências entre si: a trajetória do raciocínio que utilizam para captar o fenômeno da dependência e seus principais desdobramentos – se indutiva ou dialética – e o intuito que suas investigações apresentam ou não em identificar regularidades específicas características da dependência, que a definam enquanto um fenômeno *a priori* delimitado.

O método dialético é utilizado por Marini em sua leitura da dependência. Ela parte de fenômenos particulares relacionados à inserção da América Latina no mercado mundial e a aspectos que condicionaram a forma como se desenvolve o capitalismo dependente, interpreta-os em mediação com categorias gerais desenvolvidas pela teoria marxiana do valor e a teoria do imperialismo e expõe como se articulam as conexões estabelecidas entre as categorias abstratas até as mais concretas que garantem o nexo para apreensão da realidade. É assim que Marini formula o conceito de superexploração da força de trabalho a partir dos conceitos marxistas de exploração e mais-valor, o conceito de subimperialismo a partir do imperialismo e estabelece interpretações em relação aos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro e das conexões entre as esferas da circulação e da produção nas economias avançadas e dependentes, por exemplo.

A perspectiva indutiva – partindo da análise empírica e histórica para nela encontrar os elementos e categorias que dão nexos ao fenômeno que se quer explicar – é a opção metodológica de Cardoso e Furtado. Estes autores recorrem à observação histórica da forma de articulação dos grupos e comportamentos sociais com a estrutura econômica interna para conceituar a dependência. Cardoso investiga as articulações entre forças socio-políticas e o grau de sucesso no estabelecimento de uma organização política de dominação pelos grupos ligados ao mercado mundial, a partir daí procurando entender como vão se transformando as relações de poder internas às economias dependentes com as mudanças estruturais na economia mundial. Furtado, por sua vez, investiga como a matriz institucional prévia das economias periféricas e a relação de dominação cultural engendra um tipo específico de processo produtivo e acumulação capitalista e levam dessa maneira ao subdesenvolvimento e à situação de dependência.

Outro aspecto nos quais as metodologias dos trabalhos são comparáveis é na pretensão que possuem ou não em buscar os nexos fundamentais que permitiriam propriamente entender a dependência como um condicionante de longa duração, com características que atravessam diferentes épocas históricas. Nesse quesito, Marini e Furtado coincidem em compreender a dependência como uma relação estrutural, com aspectos bem delimitados que a relacionam com o funcionamento particular do capitalismo periférico, ainda que suas formas de manifestação tenham mudado ao longo do tempo. Para Marini, uma contradição fundada na troca desigual do comércio internacional que se compensa com o aumento da exploração dos trabalhadores. Para Furtado, uma situação criada com a modernização do padrão de consumo das elites locais, que condiciona o processo produtivo das economias periféricas. Em contrapartida, em Cardoso, a dependência é, de forma geral, entendida como a falta de autonomia dos grupos dominantes em relação aos ditames do mercado e da economia mundial. Sua natureza, seu conteúdo particular, não é investigado. Tal definição não pressupõe qualquer conjunto de práticas ou fenômenos que caracterizem a situação de dependência de forma estrutural e específica. Esta teria se manifestado historicamente por meio de diferentes arranjos político-sociais e, com a internacionalização do mercado, passa a apresentar um novo caráter.

Tal diferença entre perspectivas oferece a Marini e Furtado uma vantagem em relação a Cardoso na decifração daqueles aspectos que dão sentido ao desenvolvimento histórico da América Latina. As leituras dos primeiros oferecem elementos para entender o capitalismo dependente sob uma perspectiva de longa duração, desvelando aspectos, como a superexploração e a colonização cultural das classes dominantes, que estão na raiz de um

processo muito mais amplo que a análise restrita ao jogo de poder de grupos sociais pode identificar. Por outro lado, ao buscar a mediação com as tendências mais gerais do capitalismo em uma perspectiva da teoria marxiana do valor, Marini caminha mais além de Furtado na hierarquização dos determinantes essenciais que explicam a relação de dependência, porque dizem respeito à própria dinâmica contraditória das relações capitalistas, às quais, particularizadas nas formações econômico-sociais, agudizam as tendências mais deletérias desse modo de produção. Marini inaugura, desse modo, um instrumental que se propõe a fazer a ponte entre elementos bastante abstratos do capitalismo e a realidade que se conforma na divisão hierárquica e desigual do trabalho em escala mundial.

5.2- Produtividade e aumento da exploração X produtividade e desenvolvimento

Em sua caracterização, os conceitos de dependência de Marini, Cardoso e Furtado apresentam uma clara dicotomia que acarretará, como veremos, nas divergências sobre os desdobramentos que preveem dessa relação. Trata-se, de um lado, da caracterização da dependência como um fenômeno alimentado pelo aumento da exploração da força de trabalho, inclusive com o aumento da produtividade do trabalho e, de outro, da perspectiva do desenvolvimento possível com o aumento da produtividade da economia. Na primeira interpretação, encaixam-se Marini e Furtado. Na segunda estão Cardoso & Faletto.

Na interpretação de Marini, como vimos, a situação de dependência engendrada no mercado mundial no período exportador implica diretamente na superexploração da força de trabalho como forma de compensação pelos capitalistas das economias dependentes. Com a industrialização dependente, a “esfera da circulação” antes concentrada na demanda por importações pelas classes não-produtoras, se transfere para o mercado interno, mas as condições de superexploração e concentração de renda dão origem a uma cisão no ciclo do capital e promovem a formação de uma estrutura produtiva orientada para as frações de renda oriunda do mais-valor, aspectos agravados com o recurso da tecnologia estrangeira para o avanço da industrialização. Assim, o aumento da produtividade via investimentos produtivos não só não resolve o problema da superexploração, como precisa dela para a realização do capital. Em Celso Furtado, assim como em Marini, o padrão de consumo mimetizado das elites locais (que neste caso é o próprio núcleo da definição de dependência) orienta um processo de industrialização enviesado para o consumo da minoria abastada. Em Furtado, no entanto, a análise não está centrada na baixa incidência de mecanismos que irradiem os aumentos de produtividade para a produção de bens de consumo dos trabalhadores, de forma

a tornar a geração de mais-valor relativo o momento predominante da acumulação, como em Marini, mas na importação de processos produtivos que não geram escassez relativa de trabalho devido baixo nível local de acumulação. Contudo, também nesse caso, e por esta última razão, a incorporação de novas técnicas – e o aumento da produtividade do trabalho – concilia-se perfeitamente com o aumento da taxa de exploração.

Evidentemente contrária a esta interpretação é a análise de Cardoso & Falleto. Vimos que, no trabalho que desenvolvem em conjunto, a dependência é definida primordialmente como um fenômeno político-social que pode assumir formas distintas ao longo do tempo. Por isso mesmo, não procuram em sua análise estabelecer um nexos específico e necessário entre a própria definição e a formação de uma estrutura socioeconômica, como foi colocado no tópico anterior. Dessa forma, entendem que a depender da estrutura da economia internacional e da conformação das forças sociais e arranjos políticos locais podem haver diversas modificações na estrutura produtiva e ocupacional, inclusive levando à superação do subdesenvolvimento em seus principais aspectos. Essa compreensão é sustentada, por outro lado, na redução que Cardoso faz de desenvolvimento a diferenciação da estrutura produtiva, o que o exime de considerar como parte central do problema do desenvolvimento aspectos como os níveis de exploração da força de trabalho e a inadequação das técnicas incorporadas para a incorporação da força de trabalho nos processos produtivos. Daí sua caracterização do “novo caráter da dependência”: a incorporação de processos produtivos de alta tecnologia, a diversificação da economia e os sucessivos reinvestimentos estrangeiros levariam à formação de um mercado interno capaz de absorver a produção e tornariam possível que se conjugassem uma nova situação de dependência intensificada e um novo modelo de desenvolvimento. Não há, aí, contradição entre aumento da produtividade em uma situação de dependência desenvolvimento. Há uma potencial complementaridade. Por outro lado, aspectos como a melhoria das condições de vida e ampliação dos padrões de consumo das massas poderiam vir como políticas de Estado baseadas em critérios de justiça e vinculadas à democratização, não ligadas ao próprio dinamismo do modo como funciona o capitalismo dependente.

A estreiteza teórica da interpretação de Cardoso não permite que ele perceba os limites estruturais apresentados pelo “novo caráter da dependência” para a superação de um padrão de acumulação de capital extremamente heterogêneo e excludente das formações periféricas. Leva-o também a superestimar os impactos do capital estrangeiro ao não equacionar as limitações da entrada de capitais via investimento estrangeiro direto em economias com mercados concentrados em um setor reduzido da população, subestimando desse modo a

enorme transferência de excedentes que sofrem as economias periféricas em razão dessa lógica⁷. À luz da história, o momento de crescimento com financiamento externo da América Latina no anos 1970 seria sucedido por uma forte recessão e saídas de capitais na década seguinte. Posteriormente, o neoliberalismo, expressão ideal da proposta de Cardoso na política de Estado e ironicamente implementada por ele mesmo, conduziria a um novo padrão de acumulação com baixas taxas de crescimento econômico e tendente à regressão da estrutura produtiva.

5.3- Dependência enquanto condicionante econômico, político e cultural-econômico

A dinâmica da dependência em cada uma das leituras, como é natural das leituras históricas, tem suas devidas particularidades que já foram expostas neste trabalho. Uma semelhança ainda não pontuada que vale ressaltar é que, nos três autores analisados, a dependência se inicia ou se consolida com o advento da grande indústria e das independências latino-americanas, no século XIX. Ainda que haja importantes processos históricos da época colonial que condicionam a forma como a dependência se manifesta, os autores reconhecem esse período como inaugural dessa relação, seja porque estabelece a ambiguidade entre política relativamente autônoma e economia dependente, porque é o momento em que a América Latina se insere no mercado mundial sem as antigas restrições do período colonial ou porque é nesse período em que se consolida a divisão internacional do trabalho e as relações entre o centro industrial e a periferia primário-exportadora na forma plenamente capitalista.

Além disso, destacam-se também diferenças conceituais utilizadas pelos autores. Ruy Mauro Marini, na *Dialética da dependência*, aborda a dependência dentro de uma perspectiva essencialmente materialista. Recorre às categorias marxistas para a análise da inserção latino-americana no mercado mundial, do período de substituição de importações e do processo introdução de tecnologias estrangeiras. Centra-se, portanto, no estudo das relações materiais que envolveram a América Latina com o resto do mundo e internamente, embora em outras obras, quando busca se aproximar da realidade concreta do desenvolvimento capitalista nas formações latino-americanas, busque articular as determinações econômicas com a luta de classes e as conjunturas políticas particulares. Cardoso e Falleto privilegiam a perspectiva

⁷ Martins (2011) salienta essa crítica, demonstrando o caráter cíclico e o volume significativamente maior de remessas de lucros, juros e serviços não fatoriais em relação à entrada de capital estrangeiro entre 1956 e 2019, inclusive no período que compreende as décadas de 1970 e 1980;

política e sociológica, destacando as situações de conflito e os acordos entre os grupos sociais no estabelecimento de novos arranjos de dominação implícitos em mudanças estruturais, e dão autonomia e primazia à política no desenrolar histórico da dependência. Furtado, pode-se dizer, apresenta uma perspectiva “interdisciplinar”. Estabelece um enfoque que parte de aspectos tanto socioculturais como socioeconômicos - a modernização dos padrões de consumo e as bases institucionais das sociedades latino-americanas - para tratar de como estes se desdobram em situações de subdesenvolvimento e de dependência.

Como já indicamos, a compreensão da dependência em Marini e Furtado avança na identificação de aspectos estruturais que a constituem. A interpretação de Furtado tem o grande mérito de salientar a relevância de um aspecto ideológico das formações dependentes – o colonialismo cultural das classes dominantes, que está na raiz da modernização dos padrões de consumo – na contribuição da manutenção da dependência. No entanto, entendemos que Marini, ao buscar o fundamento último do conceito nas relações materiais estabelecidas entre capitais e formações econômico-sociais, aponta para os aspectos essenciais dessa relação – as transferências de valor, a superexploração da força de trabalho e a cisão do ciclo do capital – oferecendo maior potencial analítico ao instrumental teórico que introduz.

5.4- Socialismo, “desenvolvimento dependente e associado” e “desenvolvimento nacional”

Expomos como as diferenças de interpretação levam a diversas perspectivas sobre as limitações do desenvolvimento dependente e do desenvolvimento sobre bases capitalistas. As conclusões são bastante divergentes nesse quesito: Cardoso sugere a viabilidade do desenvolvimento em situação de dependência, Celso Furtado se alinha à proposta de um desenvolvimento capitalista de bases nacionais, e Marini postula a necessidade de superação do capitalismo como alternativa de superação do subdesenvolvimento. A título de comparação, fazemos ainda aqui algumas observações nesse quesito.

A proposta de “desenvolvimento associado e dependente” de Cardoso explica-se sobretudo, como vimos, pela perspectiva em relação aos ganhos tecnológicos e de diferenciação da economia que vislumbra com a “internacionalização do mercado interno”. A análise que Cardoso e Falleto fazem no último capítulo de sua obra reforça que, de um ponto de vista econômico, o novo momento da economia internacional possibilita o advento de um novo modelo de desenvolvimento orientado pela atuação das empresas multinacionais. Certamente, os autores não desconsideram as turbulências e implicações negativas de uma

série de transformações na estrutura econômica e na organização política para os “setores populares”. Chegam, inclusive, a reconhecer nesse novo “modelo” um fator explicativo para o surgimento de regimes autoritários na região e para a exclusão da participação popular, tendo em vista a incompatibilidade da organização fundada no pacto nacional-desenvolvimentista do período anterior com a condução política que as transformações ensejavam. Consideram, dessa forma, que a alternativa do desenvolvimento não é um caminho natural, e que dependerá, de fato, da conformação político-social e do sucesso de setores sociais em se articularem diante da “nova dependência”. Assim, o desenvolvimento dependente se abre como uma possibilidade, embora não como um caminho inexorável.

A perspectiva de “desenvolvimento nacional” de Furtado baseia-se, sobretudo, na visão do autor em relação à “relativa autonomia” do Estado frente à situação de subdesenvolvimento e dependência. Como foi colocado, o autor não nega o aprofundamento da dependência com a transnacionalização capitalista, muito menos aceita a crença em uma possibilidade desenvolvimento dentro dos limites impostos pela situação de dependência. Nesse sentido, apenas uma mudança importante nos rumos da política pública e das transformações institucionais e sociais poderia garantir a libertação dessa condição. Entretanto, não fica claro em Furtado como o Estado dependente poderia conduzir um processo de desenvolvimento autônomo em um marco capitalista se as burguesias dependentes, no limite, alinham-se ao capital estrangeiro imperialista nos aspectos estruturais da política, ainda que com contradições.

A perspectiva de Marini, por fim, diz respeito a alguns níveis de análise do seu pensamento. Em primeiro lugar, a compreensão do capitalismo como um modo de produção fundado, antes de tudo, na exploração e na dominação, em que o movimento do capital será sempre no sentido de garantir as melhores condições de sua reprodução ampliada, o que significa uma ofensiva geral sobre as condições de vida dos trabalhadores tanto nas economias centrais, quanto nas periféricas. Isso fica claro quando, em “Sobre a dialética da dependência”, o autor trata da acumulação capitalista baseada na produção de mais-valor relativo, tal qual ocorre nos países centrais, ressaltando sua tendência ao aumento da intensificação do trabalho como contrapartida à diminuição da jornada de trabalho. Em segundo lugar, a compreensão da forma agudizada como as tendências gerais do capitalismo se estruturam nas economias dependentes partir de determinantes históricos particulares das formações sociais. Nesse caso, a situação de dependência não é tratada como um “acaso histórico” ou um processo remediável no passado (e no presente) caso algumas condições fossem outras. Trata-se, em sua visão, de um aspecto indissociável do desenvolvimento

desigual do capitalismo. A superexploração da força de trabalho, assim, não se resolve a partir da elevação da capacidade produtiva do trabalho ou mesmo com a implementação de políticas reformistas. Ela é uma manifestação da maneira como a dinâmica de acumulação própria do capital se manifesta na economia dependente. Em terceiro lugar, a percepção do processo histórico concreto das lutas de classes que resulta na capitulação burguesa de qualquer perspectiva de desenvolvimento capitalista autônomo, no momento em que se associa com o capital imperialista e empreende uma ofensiva contra os setores populares, jogando por terra a esperança de uma burguesia nacional capaz de conduzir o processo de desenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo.

Marini, ao defender a perspectiva socialista baseado em uma análise que articula as classes sociais, a luta de classes e os determinantes estruturais do capitalismo dependente, aponta para uma saída mais fundamentada do dilema da dependência que Furtado. Este último, ao comprometer-se com a persecução de saídas teóricas dentro do capitalismo, não pode levar suas formulações de agravamento da dependência as últimas consequências, terminando por deixar em aberto questões políticas candentes.

6- Comentários finais

A discussão sobre a dependência vem ganhando corpo novamente em círculos acadêmicos e intelectuais, bem como no debate público em geral. Neste artigo, procurou-se contribuir com esse movimento, expondo três leituras diversas desse enfoque teórico e procurando ressaltar suas particularidades e sua originalidade no tratamento da problemática do subdesenvolvimento, bem como traçando alguns comentários críticos sobre elas.

Na exposição, buscou-se salientar a contribuição de Ruy Mauro Marini e Celso Furtado na formulação de conceitos de grande utilidade à apreensão da dinâmica da dependência e na interpretação de aspectos da economia mundial e das economias latino-americanas contemporâneos a suas análises das décadas de 1960 a 1980. Os conceitos de superexploração da força de trabalho, transferência de valor e cisão no ciclo de capital de Marini, como leis tendenciais do capitalismo dependente, constituem um instrumental analítico poderoso para a compreensão em uma perspectiva de longa duração do capitalismo latino-americano, sempre – é importante dizer – com as devidas mediações relacionadas às diferentes formações econômico-sociais e períodos históricos.

Com relação a Celso Furtado, embora entendendo que sua interpretação não alcance aspectos tão elementares para a decifração da dependência quanto Marini, defende-se aqui a

importância e utilidade do conceito de modernização, enquanto uma expressão ideológica da dependência que também deve constar na apreensão de sua múltipla determinação concreta. Furtado também apreende com precisão e pioneirismo o processo de transnacionalização do capital, sobretudo os seus efeitos sobre os sistemas econômicos nacionais dependentes, significando o agravamento da dependência, embora seja possível questionar o conceito do ponto de vista das economias centrais. Também fazemos a crítica à concepção de Estado em Furtado, que, ao desarticula-la de uma perspectiva de classes sociais, resulta em uma defesa idealista do desenvolvimento capitalista nacional. Ao contrário, Marini sustenta sua defesa do socialismo em níveis de análise distintos, apontando corretamente a correlação entre a superação do capitalismo, a determinação nacional e o desenvolvimento.

Quanto a Cardoso, buscou-se pontuar a validade da preocupação em distinguir os determinantes políticos da dependência, de forma a evitar desvios economicistas. Contudo, ao cair no erro contrário, superestimando-se à política, bem como ao apresentar uma noção restrita de desenvolvimento, o autor incorre no erro de compatibilizar dependência e desenvolvimento, como incumbiria ao próprio desenrolar histórico das últimas décadas demonstrar.

Referências

- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Método y pasión en Celso Furtado. **Revista de la Cepal**, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, 2010.
- CAMPOS, F. A. D.; RODRIGUES, F. H. L. Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a transnacionalização do capital. **História Econômica & História de Empresas**, 2015.
- CARCANHOLO, M.; AMARAL, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia. In: SERRA, J. **Desarrollo Latinoamericano, ensayos críticos**. México: F.C.E., 1974.
- CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel,

1977.

CARDOSO, F. H. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petropolis: Vozes, 1993.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

FURTADO, C. **Prefácio a nova Economia Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: [s.n.], 2007.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, C. **Obra autobiográfica. Edição definitiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GARBIERO, G. Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. **Programa de Pós-graduação em Sociologia Política**, 2018.

GUIMARÃES, J. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, M. D. C. **Celso Furtado e o Brasil.** [S.l.]: [s.n.], 2000.

HADLER, J. P. **Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente.** Campinas: Unicamp (Tese de doutorado), 2013.

JURGENFELD, V. A industrialização brasileira e o papel do Estado nacional no pensamento de Celso Furtado: entre antes e depois de 1964. **Pesquisa e Debate**, 2020.

KATZ, C. **A teoria da dependência 50 anos depois.** São Paulo: Expressão popular, 2020.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANZATTO, R.; SAES, A. Celso Furtado: intérprete da dependência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 2021.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, R. M. Sobre a Dialética da Dependência. In: STEDILE, J. P.; TRANSPADINI, R. **Ruy Mauro Marini.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; MATHIAS, L. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.

OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia**. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERRERIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. [S.l.]: [s.n.], 2012.

PAULA, J. A. D.; ALBUQUERQUE, E. A formação do pensamento de Celso Furtado: o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, 2020.

REZENDE, M. As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil. **Plural**, São Paulo, 2004.

SANTOS, T. D. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. [S.l.]: Vozes, 1991.

SEABRA, R. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Sociedade e Estado**, 2019.

STEDILE, J. P.; TRANSPADINI, R. Introdução. In: STEDILE, J. P.; TRANSPADINI, R. **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TAVARES, M. D. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. D. C. **Celso Furtado eo Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

WASQUES, R. O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 2021.